

CIDADANIA x CRIMINALIDADE URBANA

Aspectos sócio-culturais do comportamento anti-social

Luiz Hosannah de Oliveira Pinto
Psicólogo e Historiador

Dados recentes do último censo apresentaram uma dura realidade: o grau de miséria a que está sujeita a maioria absoluta da população brasileira.

Nas últimas décadas, a concentração de renda, a recessão, o desemprego, a inflação e a queda do poder aquisitivo - dentre outros indicadores sociais - alcançaram índices alarmantes. Estreitamente vinculado a este contexto, tem-se observado um recrudescimento da angústia, da frustração e da revolta na sociedade.

A maioria da população não tem acesso à vivência plena da cidadania nem a uma existência digna que implique na observância, por parte do sistema, dos direitos elementares supostos pela constituição federal.

As tensões sociais ameaçam a estabilidade da frágil democracia brasileira, com a presença de vários "sintomas" capazes de realçar os problemas estruturais do país. Dentre estes indicadores de crise, pode-se destacar um, cujos efeitos são sentidos drasticamente pela sociedade: a criminalidade urbana.

Os atos criminosos têm crescido assustadoramente, nas últimas duas décadas, conforme dados da Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia, podendo ser efetuada uma conexão entre este incremento e as desigualdades sociais inerentes a uma formação social em permanente contradição.

Especificamente em Salvador, pode-se considerar que, a partir dos anos 50, iniciou-se um processo de "reaquecimento" econômico, sendo possível a delimitação de três grandes conjunturas que deram novo impulso à economia: Nos anos 50, o efeito Petrobrás, nos anos 60, o efeito CIA e nos anos 70, o efeito COPEC.

Em paralelo à dinamização da economia e à modernização da cidade, os problemas sociais não tardaram nem falharam, em decorrência do caráter contraditório deste processo.

Dialeticamente, ao mesmo tempo em que houve um incremento da industrialização, o aquecimento do setor terciário, a metropolização da cidade e o aprimoramento dos serviços prestados e dos bens oferecidos, a infra-estrutura não acompanhou o crescimento populacional, e a relativa diversificação da estrutura ocupacional e de renda não foi suficiente para absorver a maior parte da população, multiplicando-se o estrato de baixa renda, incrementada pela migração e sub-emprego, levando a extrema pobreza, ocupação desordenada do solo urbano e sub-habitações, denotando a queda desenfreada do nível da qualidade de vida e do acesso a bens e serviços por parte da maioria da população de Salvador, refletindo, sobremaneira, na discriminação urbana (Nentwig Silva, 1991, p.70).

O temor de sofrer algum tipo de violência - contra a integridade física ou contra o patrimônio - tem suscitado mudança de hábitos na população, objetivando alternativas de defesa. Dentre muitas, destacam-se o uso indiscriminado de armas de fogo, uma escolha criteriosa dos lugares frequentados e a transformação das residências em "fortalezas".

Outras estratégias para a sociedade enfrentar a crescente onda de violência são a reivindicação, junto aos poderes públicos, de maior segurança e o movimento em defesa da implantação da pena de morte. O que tem predominado é a difusão de idéias que não estimulam uma visão questionadora da globalidade social, centrando a explicação do fenômeno criminoso em argumentos que camuflam as determinantes históricas e concretas.

O senso comum, a mídia e alguns teóricos preconizam que o crime é opção das pessoas de "má índole", dos "vagabundos" ou "psicopatas", ou, indo mais longe, decorrente de uma predisposição "Kármica".

A busca da compreensão do fenômeno criminoso demanda um estudo sistemático por parte das ciências. Somente o entendimento das determinantes que interagem dinamicamente viabilizará a transformação do quadro atual.

Este trabalho pretende correlacionar o fenômeno social da criminalidade urbana com as características culturais dos agentes criminosos e os códigos de valores vinculados à estrutura social e ao exercício da cidadania, possibilitando um estudo totalizante e crítico.

Partindo-se destas premissas, o primeiro passo é definir o objeto de estudo.

O crime é uma atividade anti-social. Pode ser definido como qualquer ato proibido pela Lei que o Estado e a sociedade pretendem coibir (Koenig, 1967, p. 371).

Como tudo na realidade, os conceitos e critérios para delimitação do que é crime ou não são fluidos e dinâmicos. Segundo Ferreira,

“ Que é crime e qual o seu verdadeiro conceito no Direito Penal? As definições são várias... variando no seu conteúdo, bem como no tempo e no espaço. Dos crimes punidos pelas leis hebráicas, muitos deixaram de ser crime na sociedade contemporânea. O trabalho que, em tempos remotos, era considerado degradante, hoje ganhou este conceito a vadiagem, punida por lei. Chegará, talvez, a ocasião, segundo o renomado Roberto Lyra, em que o crime capital no mundo superlotado, será o de possuir família numerosa, enquanto noutras eras, a vergonha era não ter filhos, e que nenhum de nós poderá gabar-se de não ser considerado um criminoso nato, num estado social passado ou futuro ... Entre nós, até 1888 na fase áurea da escravidão punia-se o negro lacaio, a vítima, e não os autênticos criminosos” (Ferreira, 1986, p.3).

A verdade não é absoluta, mas relativa e contextualizada. Para o cientista social apreender a lógica subjacente à predominância das ações criminosas entre os marginalizados sem cair no relacionismo economicista é imprescindível que se ressalte o papel de cultura como intermediadora da interação social e dos comportamentos que são esperados numa comunidade.

Segundo Velho, a Antropologia, em seu percurso enquanto ciência, salientava em seus estudos as diversidades culturais, mas sob a máscara de uma igualdade biológica; caracterizava-as como etapas distintas de um só processo evolutivo social verdadeiro, liderado pela cultura ocidental.

A sociedade ocidental passou a ser considerada como um estágio que deveria ser atingido por todos os povos “não-civilizados”. Partia-se da premissa de verdade absoluta em consonância com o colonialismo e o incremento capitalista em busca de novos mercados consumidores (Velho, 1978, p.3).

Esta era uma postura etnocêntrica, assim definida por Guimarães Rocha:

“Etnocentrismo é uma visão do mundo onde o nosso próprio grupo é tomado como centro de tudo e todos os outros são pensados e sentidos através dos nossos valores, nossos modelos, nossas definições do que é a existência” (Guimarães Rocha, 1988, p.71).

No etnocentrismo há uma hierarquização e um julgamento do valor da cultura do “outro”, nos termos da cultura do “eu”. Os membros da classe média não conseguem “entender” como é possível um assaltante de banco ser capaz de, armado de uma escopeta, fazer o gerente como refém. Ou ainda, como um homem “prefere” roubar a trabalhar. Como é que a sua opção é por “faturar” vinte milhões em dois assaltos de vinte minutos cada, a ser assalariado perfazendo um salário mínimo por uma jornada de oito horas diárias.

A sociedade, na verdade alguns dos seus membros, não compreende quais as determinantes que estão em jogo quando um menino de rua rouba a bolsa de uma senhora após rendê-la com um estilete.

A sociedade está “míope”, só conseguindo apreender um aspecto da realidade, a que se apresenta mais perto dela. Para assimilar a verdade do “outro”, que está mais distante, só se utilizar um instrumento, o “óculos”, ou seja, uma nova postura metodológica.

Para Velho, a nova postura metodológica advinda com a Antropologia é a que

“... busca compreender melhor as diferenças culturais em si, o que melhor caracteriza a posição antropológica é o esforço de reconstruir os critérios internos que cada cultura utiliza para sua auto-reflexão” (Velho, 1978, p.4).

Geertz cita Clyde Kluckhohn para classificar o conceito de cultura: o modo global de vida de um povo, legado social que o indivíduo adquire do seu grupo, uma forma de pensar, sentir e acreditar, uma abstração do comportamento, celeiro de aprendizagem comum, conjunto de orientações padronizadas para os problemas recorrentes e comportamento aprendido (Geertz, 1978, p.14).

O homem é um ser social, e é no seu contexto que lhe é dado seu sentido, através das “teias de significados” que ele mesmo tece. Essas teias formam a cultura.

Para Velho, a pesquisa etnográfica é a maneira para romper com esquemas apriorísticos, universalizantes e normatizantes na interpretação das culturas humanas. É fundamental que as diversidades sociais sejam percebidas e correlacionadas com a variação dos valores referenciais simbólicos e possibilidades comportamentais a partir da perspectiva das classes e dos grupos com seus códigos peculiares (Velho, 1978, p.4).

Romper com o “evolucionismo ingênuo” e com a postura destituidora de tudo que não seja igual ao dominante é o que se chama de relativizar.

O pesquisador ou o cidadão comum, em seu dia-a-dia e em suas interações sociais está relativizando, quando vê que as verdades da vida são menos uma questão de essência das coisas e mais uma questão de posição ou ângulo de visão.

Segundo Guimarães Rocha,

“Quando o significado de um ato é visto não na sua dimensão absoluta mas no contexto em que acontece: estamos relativizando. Quando compreendemos o “outro” nos seus valores e não nos nossos: estamos relativizando. Enfim, relativizar é ... ver as coisas do mundo como a relação entre elas. Ver que a verdade está mais no olhar que naquilo que é olhado ... é não transformar a diferença em hierarquia, em superiores e inferiores ou em bem e mal, mas vê-la na sua dimensão de riqueza por ser diferença” (G. Rocha, 1988, p. 20).

O trabalho da Antropologia busca estabelecer relações, analisando as estruturas de significação, os códigos estabelecidos, e determinar sua base social e importância (Geertz, 1978, p.19).

A cultura é a instância “humanizadora” que estabelece as reações comportamentais. É a “tradição viva”, elaborada conscientemente e passada pela interação entre os membros do grupo, que permite demarcar determinantes peculiares às comunidades e que asseguram a ação coletiva (Da Matta, 1981,

p.48).

O aspecto cultural de uma sociedade consiste naquilo que os membros têm que saber ou acreditar, a fim de agirem de uma forma aceita pelos seus membros. A base do repasse dos valores do grupo é a interação social, no processo de socialização.

Geertz e Velho concordam que a cultura tem uma natureza simbólica e uma estruturação sistêmica que viabiliza sua reprodução e manutenção, apresentando-se como um conjunto de regras de interpretação da realidade que permite a existência de sentido nos atos humanos. É um sistema de símbolos, organizados em diversos sub-sistemas. Tal postura evidencia a natureza social do comportamento: os símbolos são decodificados a partir de um código comum ao grupo.

A cultura é organizada como sistemas entrelaçados de signos interpretáveis, não sendo um poder, um "ente" que determina causalmente os acontecimentos sociais, comportamentos e processos, mas o **contexto** no qual estes adquirem sentido e que sempre possui uma coerência interna organizada de uma forma bastante específica (Geertz, 1978, p.29).

" Pertencer a um grupo social implica, basicamente em compartilhar um modo específico de comportar-se em relação aos outros" (Arantes, 1988, p.26).

As diferenças, portanto, representam a forma pela qual os sujeitos dão soluções diversas a limites existenciais comuns, partindo das diferenças no seu contexto sócio-político-econômico. A diferença concretiza uma alternativa ante os problemas (G. Rocha, 1988, p.21).

Os valores, a ideologia, a visão de mundo, ou seja, o código simbólico de interpretação da realidade, varia entre sociedades. Por exemplo, para o adolescente japonês, o importante é ser o 1º colocado na sua classe escolar e para tanto, é capaz de abrir mão de alguns aspectos de gratificação pessoal em função do investimento no estudo para dar a "honra" à família. O adolescente brasileiro possui outros valores preponderantes, e a "honra" familiar não está nos primeiros lugares do "ranking". Portanto, não é capaz de cometer suicídio pela "falha" ao envergonhar os honoráveis pais, como seu colega japonês.

Mas, além da diversidade cultural inter-sociedades, há especificidades culturais intra-sociedades, através do tempo, como Ferreira discute (Ferreira,

1986) - mas também na mesma época, dependendo da classe social, do nível sócio-econômico-cultural e de outros recortes da realidade social comum (idade, sexo, religião etc..).

Nas sociedades complexas ou heterogêneas, possuidoras de uma divisão do trabalho estruturada e de uma significativa complexidade nas forças produtivas, há a diversificação interna considerável, com uma cultura dominante ou hegemônica e uma pluralidade de modos distintos de interpretar o mundo, algumas inclusive antagônicas (Velho, 1978, p.7).

Para José Luís dos Santos,

“Uma das características de muitas das sociedades contemporâneas, inclusive a nossa própria, é a grande diversidade interna. A diferenciação básica decorre do fato de que a população se posiciona de modos diferentes no processo de produção ... quando se fala sobre classe social é frequentemente a respeito desta diferenciação que se está fazendo referência. Estas classes têm formas de viver diferentes, enfrentam problemas diferentes na sua vida” (Santos, 1986, p.51).

A criança de rua de hoje tem uma grande probabilidade de ser o criminoso de hoje e o criminoso de alta periculosidade de amanhã. Já a criança que nasce no Caminho das Árvores, hoje, tem uma maior perspectiva de ser uma criança ajustada aos valores ideologicamente hegemônicos e um adulto integrado ao sistema produtivo e bem sucedido economicamente.

A criança de rua “aprende” que a sociedade é injusta, que não existe respeito por seus direitos e que a vida não vale nada, já que SUA vida não vale nada para os transeuntes, os motoristas que param os carros nas sinaleiras e os escorçam ou os garçons dos botequins.

Para sobreviver, os grupos de meninos e meninas de rua estruturam seus próprios valores e regras comportamentais, que são capazes de chocar “bons cidadãos” pouco familiarizados com a realidade deles.

Respeito, amor, ética, realização, limites, leis ... são conceitos que nem sempre estão introjetados no código simbólico existencial dos meninos de rua e eles por si mesmos não são capazes de pensar sobre isto. Daí o confronto com a ordem instituída.

O horizonte temporal deles é restrito e bastante concreto, limitando-se ao que vão comer no almoço do dia seguinte.

Indo a uma invasão qualquer dentre as centenas que existem em Salvador, ver-se-á uma rede de significantes que dá uma feição particular a estes aglomerados de lares sub-humanos e sem infra-estruturas básicas.

Segundo Nilo Odálio,

“... nos bairros em que abundam os pardieiros e favelas, a violência não pode ser escorraçada e evitada com cercas e muros. Ela é uma realidade com a qual se convive, uma realidade cuja proximidade e intimidade auxiliam esquecê-la. Ela é enfrentada como uma das tantas calamidades que se enfrentam, no cotidiano. Sobreviver aí é sofrer e produzir violência. Na favela, no cortiço, embaixo das pontes, como o isolamento é uma quimera, a única arma contra a violência é permitir que a promiscuidade e o hábito teçam uma rede de conformismo que, aqui e acolá rompida, não deixa de funcionar como uma falsa proteção. Não havendo uma solução para a violência da vida cotidiana, o remédio é integrá-la como um componente normal das relações entre os homens”(Odálio, 1985, p.12).

A angústia subjetiva da falta está associada à frustração por não possuir o que garantiria uma afirmação social. Régis de Moraes diz que

“ O consumo faz as cidades e o excesso de consumo as desfaz. Os espaços das metrópoles estão literalmente tomados por uma noção comercial de vida. É ali que se fabricam febrilmente as necessidades, é ali que os moradores se têm que render ao feitiço dos objetos, de possuir objetos. Especialistas afirmam que a objetividade (consumo desvairado de coisas) excita a ambição e esta instala a frustração. Há os que não podem seguir o ritmo terrível do consumo, mas ao longo de sua história de vida, desenvolvem alguma possibilidade de assumir suas impossibilidades. Mas há também aqueles que não podendo acompanhar a maratona do possuir, transformam a fragilidade que suas frustrações impõem num feroz potencial de agressividade”

(Morais, 1985, p.16).

O individualismo implica em igualdade, só que uma igualdade formal, ideal, em termos de oportunidades, direitos e potencial. O indivíduo constitui o valor supremo na teoria liberal igualitária, compatível com a idéia de que a liberdade máxima de cada um é o limite para o direito do outro (Dumont, 1985, p.91).

Teoricamente seria uma forma de assegurar a ordem e a satisfação geral, mas o que se observa no Brasil é a miséria das massas e a impossibilidade de ascensão social. Não há mais espaço para "Paes Mendonça", ou outros "self-made men", mas a visão ideológica persiste e exime o todo social das suas responsabilidades, recorrendo ao conceito de "livre arbítrio" cristão.

A sociedade capitalista é individualista, competitiva e contraditória, fomentadora de um sistema de exclusão, no qual os oprimidos buscam alternativas no bojo da luta pela afirmação que faz parte da rede significativa cultural dos diversos grupos sociais, étnicos ou regionais.

Há várias atitudes ante as desigualdades e a falta de liberdade vivenciadas concretamente pela massa marginalizada:

- Revolta - Micro, circunscrita a relações pontuais (empregado x patrão).
 - Macro, sistemática, ampla e globalizante, relativa a um grupo. O exemplo seria a revolta dos Malês, a Revolução Russa ou o "arrastão" carioca.
- Simulação - "Corpo mole", cinismo das massas e "enrolação" ante as obrigações e a exploração. "Eu finjo que trabalho e você finge que me paga". É um "pacto" de não agressão e que é eminentemente conservador por não explicitar as tensões sociais nem estar vinculada à ação transformadora.
- Fidelidade (cooptação) - É a associação ao sistema como forma de ter algum ganho mínimo pessoal. É o caso do capitão do mato, negro que caçava negros no escravismo colonial como forma de tirar alguma vantagem da situação. Também é uma postura conservadora do "status quo", pois não põe o sistema em xeque e substitui a ação concreta coletiva transformadora por uma ação individualista.

- Indiferença “bestialização” - É a alienação consciente. A não participação (voto nulo). A omissão (“eles que são brancos que se entendam”) e a falta de consciência da força da ação transformadora.
- Esculhambação - Carnavalização do sério como “válvula de escape” das tensões. Chiste com o próprio infortúnio, ao invés da participação para transformar a realidade.

Na Bahia de Jorge Amado, ser pobre não era humilhação, pois todos se conheciam na comunidade. A exploração a partir dos anos 60 apresenta Salvador como uma sociedade na qual há o recrudescimento das tensões sociais.

A sociedade de massas apresenta um novo espaço urbano no qual os contatos são anônimos com a perda da referência micro-social. Há a busca de novos canais de afirmação e demarcação de identidades. O crime é um deles.

A sociedade de consumo estimula o consumo como afirmação, mas os que não integram o circuito, por estarem alijados dos meios de produção e alienados da riqueza produzida socialmente, têm a frustração aumentada.

Para ascender socialmente, só roubando, ganhando na loto, ou dando o “golpe do baú”, viés ideológico repassado incansavelmente nas novelas televisivas.

A polarização das zonas de moradia, segundo a qual “rico mora na Barra”, pobre em “Cajazeiras”, e miserável em “Novos Alagados”, quebra o vínculo integrativo inter-classe que exercia um poder de controle das tensões sociais. Além disto, a massificação quebra os patamares de classe com o achatamento social e nivelamento por baixo. Antes, todos tinham alguém que era “melhor” e outro que era “pior” para se comparar. O nivelamento por baixo eliminou os extratos intermediários de classe e desnudou as contradições sociais.

Segundo Velho,

“movendo-se do trabalho para a família, como membro de alguma religião, no seu lazer, participando de alguma associação ou partido político, interagindo em geral com diferentes pessoas de sua rede de relações, o habitante da grande

metrópole especialmente se vê participando de códigos e valores que podem guardar pouca coerência entre sí, provocando respostas e decisões muitas vezes contraditórias ... ou seja, o mapa social está longe de ser claro, e as pessoas são levadas, conscientemente ou inconscientemente, a tomar decisões que vão marcar tipos de trajetórias possíveis dentro de uma sociedade. A busca de lógica dessas decisões pode ser um dos caminhos para entender a maior ou menor eficácia dos sistemas simbólicos envolvidos”(Velho, 1978, p. 10).

A rede simbólica da periferia é divergente da que se apresenta nas elites ou na classe média em processo de pauperização. Scheneider afirma que

“ A visão dos criminólogos ortodoxos que caracterizam a ordem social como consensual e monolítica, com uma minoria de indivíduos à margem da sociedade, veio aos poucos sendo revisada e reestruturada, até se chegar a uma posição crescentemente crítica, em que a ordem social, ao contrário, é vista como um produto de uma divergência cultural, muitas vezes de natureza inarticulada e contraditória”(Scheneider, 1987, p. 57).

A visão de mundo e a angústia subjetiva que são forjadas na vivência da marginalização social retro-alimenta a possibilidade de o “marginalizado” utilizar-se da via criminosa para construção da sua identidade e consecução da sua afirmação social.

O sentimento de culpa e a “moral” que, nas classes mais favorecidas, são barreiras - ainda que longe de serem intransponíveis - para a ação criminosa violenta (assaltos, sequestros, furtos etc.), encontram-se bastante enfraquecidos nas classes menos favorecidas. A baixa auto-estima, o sentimento do “nada tenho a perder” e o binômio frustração + revolta, apresentam-se como um terreno “mais fértil” para o ato delituoso e para o desprezo à vida humana.

Esta análise nada tem de preconceituosa ou hierarquizante. A comunidade periférica e sem direito à cidadania não é “inferior”, mas **específica** e correlacionada com sua inserção no contexto social. O fundamental é que se perceba que a raiz do problema encontra-se no todo social, na realidade com todos os seus atores.

A sociedade e a cultura estão sempre em transformação pois não são entidades estáticas, mas produto e produtoras dos indivíduos. Segundo José Luis dos Santos,

“ O fato de que as tradições de uma cultura possam ser identificáveis, não quer dizer que não tenham sua dinâmica. Nada do que é cultural pode ser estanque, porque a cultura faz parte da realidade onde a mudança é um aspecto fundamental “ (Santos, 1986, p.47).

O indivíduo não inventa a cultura, mas é através das interações e da reinvenção dos papéis sociais que a história se processa. Em meio a este curso histórico, se dá o fenômeno da criminalidade, vinculado estreitamente à estrutura sócio-político-econômico-cultural.

O crime não é um problema exclusivamente antropológico, biológico, psicológico, econômico ou histórico; nenhum determinismo ou reducionismo dará conta da explicação do fenômeno.

A criminalidade que assola a sociedade brasileira apresenta-se como uma problemática multideterminada, num complexo de fatores relacionados entre si sem nenhuma caracterização de “anormalidade” intrínseca biológica, psicológica ou social. Excetuando-se casos particulares, não é produto de problemas orgânicos, doença mental ou patologia social. O delinqüente está inserido num contexto cultural cuja interação sujeito x mundo pode favorecer uma resultante comportamental criminoso ou não. A determinação para o crime está centrada na interligação entre os aspectos atuantes.

Havendo interesse científico em tornar os fenômenos sociais inteligíveis, será necessário analisar os objetos sob vários ângulos, com contribuições das várias ciências, numa tentativa de evitar o entorpecimento da compreensão da realidade e a obtenção de “verdades” sem embasamento e fidedignidade.

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, Roque de Brito. **Criminologia**. 1a. edição, Rio de Janeiro, Forense, 1986, p. 297
- ARANTES, Antonio Augusto. **O que é cultura popular**. 13a. edição, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1988, p. 83.
- DUMONT, Louis. **O individualismo: - uma perspectiva antropológica da ideologia moderna**. 1a. edição, Rio de Janeiro, Ed. Rocco, 1986, p. 280
- FERREIRA, Zoroastro de Paiva. **Criminalidade**. 1a. edição, São Paulo, Edição Universitária de Direito, 1986, p. 193
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. 1a. edição, Rio de Janeiro, Zahar ed. 1978, p. 323
- KORNIG, Samuel. **Elementos de Sociologia**. 1a. edição, Rio de Janeiro, 1967, p.382
- MATTA, Roberto da. **Relativizando: uma introdução à Antropologia social**. 2a. edição, Petrópolis, Ed. Vozes, 1981, p. 245
- MORAIS, Régis de. **O que é violência urbana**. 1a. edição, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1985, p. 113
- NENTWIG SILVA, Barbara e SILVA, Silvio B. M. **Cidade e região no estado da Bahia**. Salvador, UFBA, 1991, p. 206
- ODÁLIO, Nilo. **O que é violência**. 1a. edição, São Paulo, 1985, Ed. Brasiliense, p. 93
- GUIMARÃES ROCHA, Everaldo. **O que é etnocentrismo**. 5a. edição, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1988, p. 95
- SANTOS, José dos. **O que é cultura**. 5a. ed., São Paulo, Ed. Brasiliense, 1986, p. 89
- SCHENEIDER, Leda. **Marginalidade e delinquência juvenil**. 2a. edição, São Paulo, Cortez Ed., 1987, p. 159
- VELHO, Gilberto. **O conceito de cultura e o estudo de sociedades complexas: uma perspectiva antropológica**. Revista Artefato, ano I, nº 1, Rio de Janeiro 1978.